

## Do acontecimento: arqueogenealogia do autismo

### From the event: archeogenealogy of autism

Clara Urzedo Rocha Motta 

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas  
<https://orcid.org/0000-0001-7065-9765>

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo ●

**Resumo:** Este texto se propõe a tarefa de traçar algumas considerações a respeito da noção de acontecimento nos textos de Michel Foucault, pensando-o como ferramenta analítica para a abordagem do fenômeno contemporâneo em torno do autismo. Nesse escopo, a arqueogenealogia foucaultiana se apresenta como base epistemológica para se pensar o autismo como um objeto material-discursivo capaz de interrogar o campo de forças do presente. Por meio de um breve passeio pelas diferentes modulações da figura do autista no decorrer do tempo histórico, o autismo recebe o tratamento de uma imagem, conforme as ideias de George Didi-Huberman. Trata-se, ao fim e ao cabo, de promover pontos de inflexão na saturação discursiva em torno do autismo, inaugurando novas possibilidades agenciais.

**Palavras-chave:** autismo; acontecimento; arqueogenealogia; imagem; montagem.

**Abstract:** This text proposes to outline some considerations regarding the notion of event in Michel Foucault's texts, thinking of it as an analytical tool for approaching the contemporary phenomenon surrounding autism. In this scope, Foucaultian archeogenealogy presents itself as an epistemological basis for thinking about autism as a material-discursive object capable of interrogating the field of forces of the present. Through a brief overview of the different modulations of the figure of the autistic person throughout history, autism is treated as an image, according to the ideas of George Didi-Huberman. Ultimately, it is a matter of promoting turning points in the discursive saturation surrounding autism, opening up new possibilities for agency.

**Keywords:** autism; event; archeogenealogy; image; montage.

### Introdução

*“Ao invés de tomar a palavra, eu gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível” (Foucault, 1971, p. 7)*

A noção de acontecimento, no pensamento de Michel Foucault, aparece imbricada em um amplo campo conceitual de termos que definem mutuamente: enunciado, formação discursiva, campo de forças, práticas discursivas. Apesar de

atravessar de maneira significativa toda sua obra - desde o trabalho arqueológico em relação ao saber (Foucault, 2008) até seus últimos cursos no Collège de France dedicados às formas de verdade e cuidado de si na Grécia Antiga (Foucault, 2010; Foucault, 2014) – o acontecimento preserva uma certa opacidade. Dizer isso significa atestar que há, no acontecimento, uma espécie de enigma que justifica sua preemência teórica. Aqui, essa opacidade ganha a forma de um tipo de materialidade no discurso que resiste, como aquilo que está aquém e além, à toda forma de significação. A materialidade incorpórea do acontecimento, termo que aparece na aula inaugural do Collège de France de 1971, *A ordem do discurso*, nos serve como circunscrição de arranjos específicos aptos à produção da diferença; a possibilidade de pinçar, naquilo que acontece, um traço de singularidade.

À vista disso, o texto se propõe a dar ao autismo o tratamento de uma imagem - antes, muda; agora, espectral. A imagem arde no contato com o real: a frase que inaugura o texto de Didi-Hubermann (2012) nos permite pensar a imagem não apenas como um recorte de aspectos visíveis, mas como a impressão de uma heterogeneidade temporal que a memória não é capaz de aglutinar. Assim, a imagem é capaz de tocar a materialidade que se encontra dispersa e soterrada pela malha discursiva por meio de uma montagem. Imagem e montagem: é esse o tônus metodológico que orienta a forma específica de abarcar o autismo.

Em um primeiro momento, o texto se ocupa de uma breve deambulação acerca de algumas noções caras ao pensamento foucaultiano e emaranhados conceituais de outros autores que se debruçam sobre a noção de acontecimento. Em seguida, trata-se de realizar um passeio epistemológico a respeito das diferentes figurações do sujeito autista no decorrer tempo histórico, destacando as continuidades e descontinuidades que se reúnem em torno de seu nome. Por fim, a última sessão do texto procura delinear algumas reverberações metodológicas a respeito do arquivo e da montagem, em vista a tarefa de resgatar uma acontecimentalização da história.

## **Do acontecimento**

Como construir a história de um objeto que não está dado? No limite, o objeto é ausente e se define a partir o próprio trabalho sobre o objeto. Em uma perspectiva arqueogenealógica, portanto, as coisas não possuem uma essência em si mesma, mas emergem em correlação com as práticas e discursos que a instituem enquanto tal. Mais especificamente, fala-se do estabelecimento de uma relação entre diferentes tipos de práticas, discursivas e não-discursivas, que se dão através de um regime de apropriação do discurso e posições possíveis do desejo, ou seja, de um jogo entre a trama de saber-poder e as possibilidades de resistência.

A análise histórica não é mais a “pesquisa dos começos silenciosos” (Foucault, 2008, p. 4), mas a identificação da emergência de um novo tipo de racionalidade e seus múltiplos efeitos na malha social. Nesse sentido, não cabe à tarefa historiográfica restituir os eventos em uma cadeia contínua, mas iluminar as discontinuidades no curso histórico, dando a ver a opacidade translúcida dos acontecimentos; o oxímoro explicita sua natureza limar, que acolhe, simultaneamente, o significável e o insignificável. Em *A lógica do sentido*, Deleuze também põe em evidência o caráter paradoxal do acontecimento: “é por isso que não há acontecimentos privados e outros coletivos; como não há individual e universal, particulares e generalidades. Tudo é singular e por isso coletivo e privado ao mesmo tempo, particular e geral, nem individual nem universal” (Deleuze, 2015, p. 155)

Por conseguinte, a irrupção do acontecimento produz o estabelecimento de um domínio - em um movimento de territorialização -, na mesma medida em que produz uma abertura desse novo regime com uma exterioridade, dispersa e rarefeita, que perturba a todo instante a definição de seus limites. Logo, “através do acontecimento, da história acontecimentalizada, restitui-se a dispersão ao multiplicar as possibilidades de inteligibilidade” (Jaquet, 2016, p. 726). Abordar o autismo por meio de uma teoria da acontecimentalidade pressupõe, portanto, o interesse em ampliar as possibilidades de compreensão do fenômeno, para além do ponto de saturação.

Tais formulações evidenciam a especificidade com que Foucault aborda as entidades discursivas. O enunciado, por exemplo, não é uma unidade, mas uma função – o que significa dizer que este não se define por nenhum tipo de atividade essencial, mas aparece em relação a todo um conjunto e ganha seus contornos em meio a uma formação maior do âmbito discursivo. Pelo fato de não possuir uma característica essencial, o enunciado se define negativamente: não é uma proposição lógica, pois não se define em termos de verdadeiro e falso; não é uma frase, pelo fato de não se submeter à estrutura da língua e não é um ato de fala, pois, ainda que hajam semelhanças, um ato de fala pode comportar muitos enunciados. Assim, o enunciado aparece como limiar e se define nos limites da própria linguagem (Foucault, 2008, p. 137/138).

Poderíamos pensar o enunciado como essa espécie de instância da linguagem que se debate com os limites de sua própria materialidade; um tipo de porção do discurso que aparece enquanto tal na medida em que é capaz de agitar e modular o estado das coisas. Uma frase pode se tornar um enunciado quando se torna capaz de determinar uma posição do sujeito (Foucault, 2008, p. 115); é aí que se instaura a instância enunciativa, onde a linguagem figura formas de mediação em arranjos dispositivos: “entendo por dispositivo um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma condição estratégica dominante” (Foucault, 2009, 244).

Há, no enunciado, um jogo entre a raridade e o acúmulo; ele é simultaneamente ubíquo e raro e, apesar de sua raridade, se acumula. Logo, “é na raridade que se encontra circunscrita uma singularidade que se opõe, portanto, às generalidades da consciência e da razão” (Jaquet, 2016, p. 728). Os enunciados, ainda, possuem uma positividade, ou seja, produzem efeitos materiais por meio de seus conjuntos. Pode-se atribuir essa positividade à materialidade discursiva, isto é, à mútua afecção da matéria e do discurso.

Em relação às ressonâncias do enunciado com a noção de acontecimento, gostaríamos de destacar o modo como ambas tocam a matéria.

Certamente, o acontecimento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva - consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais. Poderíamos dizer que o acontecimento não é o ato nem a propriedade de um corpo, mas produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um “materialismo do incorpóreo” (Foucault, 1971, p. 59). E é esse materialismo do incorpóreo que aponta a possibilidade de “repensar as relações entre linguagem, humano e objetos: não há mais um mundo “lá fora” e representado na linguagem, exclusivo de humanos, mas sim uma inter-relação dinâmica entre diferentes materialidades” (Pennycook, 2024, p. 298).

## Percurso arqueogenealógico

Este trabalho se ancora na perspectiva arqueogenealógica delineada por Michel Foucault; um gesto de pensamento que faz vacilar as evidências do presente e interroga as condições de emergência dos discursos que o constituem. Tal percurso implica deslocar o olhar da busca de origens ou essências para a análise das condições de possibilidade de emergência de determinados enunciados e práticas. Nesse horizonte, o autismo é abordado como um objeto material-discursivo constituído pelas tramas de poder-saber que o instituem e modulam. A montagem do arquivo, portanto, compreende textos e discursos que configuram momentos de inflexão na história do autismo — desde os registros psiquiátricos de Bleuler, Kanner e Asperger até os discursos contemporâneos da neurodiversidade e da psiquiatria cognitivista — tratados não como fatos lineares, mas como camadas dissonantes que se sobrepõem, resguardando certo nível de inteligibilidade. Esses fragmentos compõem, digamos assim, o *corpus* de análise do presente artigo. Como nos lembra Didi-Huberman (2012), o arquivo é necessariamente lacunar, o lugar em que o visível se constitui à custa de uma perda: o arquivo é composto por cinzas. É dessa perda, porém, que se produz a possibilidade de

pensamento, pois cada lacuna guarda uma brasa do que ardeu. A arqueogenealogia, nesse sentido, se aproxima daquilo que Didi-Huberman denomina de memória do fogo: uma operação que se faz nas cinzas, entre o que resta e o que insiste em queimar, devolvendo ao arquivo sua dimensão incandescente. O gesto metodológico consiste, então, em fazer vibrar essas camadas, iluminando as descontinuidades e os rearranjos estratégicos que atualizam o nome “autismo” em cada época. Assim, a arqueogenealogia é aqui atravessada pela montagem, no sentido proposto por Didi-Huberman, como operação capaz de reunir tempos heterogêneos e de fazer arder, na imagem do autismo, as sobrevivências e os restos que resistem à captura do discurso. O método, portanto, não visa reconstruir uma linearidade causal, mas fazer emergir a potência do acontecimento — o ponto em que o real irrompe e desloca a inteligibilidade estabilizada do sujeito autista.

### Considerações arqueogenealógicas sobre o autismo

Etimologicamente, a palavra autismo provém da junção do vocábulo grego *autós*, que significa “si mesmo” ou “próprio” e do sufixo “ismo”, que indica um estado ou ação. O termo surge em meio ao vocabulário psiquiátrico do raiar do século XX como forma de designação de um retraimento do sujeito esquizofrênico em uma espécie mundo interior. É no ano de 1911 que o renomado psiquiatra suíço Eugen Bleuler publica seu famoso artigo *Dementia Praecox ou o grupo das esquizofrenias*<sup>1</sup>, onde ele introduz a noção de esquizofrenia como um desdobramento da patologia psiquiátrica recém descrita por Emil Kraepelin em 1905. Neste texto, Bleuler utiliza o termo autismo para se referir ao isolamento subjetivo típico da sintomatologia do quadro esquizofrênico.

Entretanto, esse termo - cuja emergência acompanha o próprio delineamento da psiquiatria como uma especialidade médica - sofre, no decorrer do tempo histórico, inúmeros deslocamentos e abruptas reversões. É apenas após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, que o autismo aparece como uma categoria patológica destacada do tipo clínico da esquizofrenia, a partir dos trabalhos de Leo Kanner<sup>2</sup> e Hans Asperger<sup>3</sup>. O gesto de Kanner, em Baltimore, consistiu em distinguir de um conjunto de crianças ditas retardadas no hospital da Universidade de John Hopkins as que estariam classificadas no chamado autismo infantil precoce. Asperger, por sua vez, institui o

---

<sup>1</sup> BLEULER, Eugen. **Dementia Praecox or the Group of Schizophrenias**. Tradução de Joseph Zinkin. New York: International Universities Press, 1950.

<sup>2</sup> KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, New York, v. 2, p. 217-250, 1943.

<sup>3</sup> ASPERGER, Hans. 'Autistic psychopathy' in childhood. In: FRITH, Uta (Ed.). *Autism and Asperger syndrome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 37-92. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01837709>. Acesso em: 20 set. 2025.

termo psicopatia autista para se referir às crianças que apresentavam uma nítida recusa aos outros e consequente limitação das relações sociais, resultando em um quadro de extrema solidão apesar dos significativos traços de inteligência encontrados nesses sujeitos. É esse diagnóstico que, posteriormente, irá desembocar na chamada Síndrome de Asperger – termo que vigora até a mudança decorrente das práticas discursivas do DSM V (Manual de Diagnóstico e Transtornos Mentais), que promove uma substituição de “síndrome” por “transtorno”, dando a ver a operação classificatória típica da prática psiquiátrica do século XXI em vista uma espécie de continuidade administrativa e terapêutica entre quadros heterogêneos.

Seguimos. Na segunda metade do século XX, o autismo, em ambas as formas descritas acima, passou por inúmeras revisões teóricas e hipóteses etiológicas de diferentes abordagens tais como a psicanálise e o cognitivismo. Podemos dizer que as flutuações em relação a compreensão do autismo no decorrer do século XX acompanham as próprias tendências da consolidação da psiquiatria enquanto um campo do saber científico. A especificidade do fazer psiquiátrico em relação às outras especialidades médicas - notadamente marcada pela ausência de um correspondente da doença no corpo biológico - força a Psiquiatria a se forjar por meio de técnicas muito distintas das práticas médicas tradicionais, como o interrogatório e a confissão, provenientes de campos de saber como a religiosidade e o meio jurídico (Foucault, 2006). De todo modo, até meados do século XX, testemunha-se uma forte aliança epistemológica entre a ciência psiquiátrica e a psicanálise. Antes mesmo de Kanner e Asperger, Melanie Klein, importante psicanalista inglesa pós-freudiana, descreveu no ano de 1930 o caso Dick<sup>4</sup>, que tratava do trabalho analítico com uma criança que hoje estaria dentro do enquadre diagnóstico do autismo. Até a publicação do III Manual de Diagnóstico e Transtornos Mentais, o vocabulário psicopatológico estava significativamente impregnado com o linguajar psicanalítico em um claro apoio da psiquiatria na teoria e nas hipóteses da psicanálise em relação a constituição subjetiva e à etiologia das doenças mentais.

Entretanto, em meados dos anos 80, observa-se a chamada virada cognitiva na psiquiatria e, conseqüentemente, na compreensão do autismo. Há quem atribua essa virada aos possíveis “efeitos culpabilizantes” da teoria psicanalítica que recaía sobre os familiares de pessoas portadoras de autismo, sendo a psicanálise esse saber que, epistemologicamente, inclui o outro – seja familiar, institucional ou político – na experiência de padecimento psíquico. O sujeito, para a psicanálise, é barrado e barra designa sua natureza inconsciente. Levando a cabo tal perspectiva, o discurso não parte da instância unitária que habituamos a chamar de indivíduo; é a própria fala que

---

<sup>4</sup> KLEIN, Melanie. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In: KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 219-231.



possibilita a emergência do sujeito, que quando há, é como um lampejo que logo se desfaz. A vulgarização de termos como a “mãe geladeira”, cunhado por Bruno Bettelheim, produziu antipatia e rechaço por parte do movimento de familiares e pessoas portadoras de autismo e abriu espaço, digamos assim, para a rápida incorporação da abordagem cognitiva na compreensão do autismo e outros transtornos mentais. Com o aparecimento de pesquisas tais como a de Rutter & Folstein (1977)<sup>5</sup>, Rutter & Schopler (1978)<sup>6</sup> e Lorna Wing<sup>7</sup> (1991), o que antes era separado em duas categorias patológicas distintas, passa a ser entendido como graus diferentes de um mesmo espectro. É nesse escopo que a psicopatologia autística passa a ganhar sua forma espectral, se dividindo em diferentes níveis de suporte e unificando os quadros anteriormente descritos por Kanner e Asperger. Ao alargar os seus contornos, o autismo ganha, progressivamente, um lugar preponderante no discurso diagnóstico contemporâneo.

Hoje, o que antes figurava uma categoria coadjuvante na cena psiquiátrica, vigora nos mais diversos noticiários e revistas científicas; dos planos de governo para a formulação de políticas públicas, às conversas na mesa de bar; no vocabulário dos ambientes escolares; na demanda crescente de agentes institucionais e familiares por laudos neurológicos, em postagens aleatórias nas redes sociais e na agenda política de inúmeras associações de familiares e usuários do sistema público de saúde. O autismo se tornou uma causa capaz de aglutinar diversos setores da sociedade e espectros políticos, um nome à serviço das novas formas padecimento psíquico e do novo enquadramento subjetivo típico do capitalismo tardio.

Sob a insígnia do hoje chamado Transtorno do Espectro Autista – formulação proveniente do V Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) lançado em 2013 - se estabelece uma miríade de experiências subjetivas e modos singulares de estar no mundo. O autismo, em sua forma espectral, passa a abarcar quadros sintomatológicos radicalmente distintos, agora divididos em diferentes níveis de suporte. Nesse ínterim, a figura do autista como um sujeito retraído em seu mundo interior, marcado por movimentos estereotípicos e pela ausência da atividade verbal se desfaz em uma multiplicidade de formas afirmativas de estar no mundo e passa a abranger não só os quadros de dificuldade escancarada na construção do laço social,

---

<sup>5</sup> FOLSTEIN, Susan; RUTTER, Michael. Genetic influences and infantile autism. **Nature**, London, v. 265, n. 5596, p. 726-728, 1977.

<sup>6</sup> RUTTER, Michael; SCHOPLER, Eric. Autism: a reappraisal of concepts and treatment. In: RUTTER, Michael; SCHOPLER, Eric (Ed.). **Autism: A Reappraisal of Concepts and Treatment**. New York: Plenum Press, 1978. p. 1-26.

<sup>7</sup> SINGH, Judith; WING, Lorna. The autistic spectrum. *British Journal of Hospital Medicine*, London, v. 45, n. 3, p. 157-158, 1991.

como também sujeitos com altas habilidades intelectuais e ligeiras dificuldades de comunicação e socialização (Maleval, 2017).

Ademais, o surgimento do chamado Movimento da Neurodivergência, fruto da noção cunhada pela socióloga australiana Judy Singer, retira o autismo do campo psiquiátrico e o aproxima do Movimento Social da Deficiência, definindo-o como a expressão da diversidade do funcionamento neurológico humano e afirmando-o como uma identidade possível. Em última instância, o espectro autista faz o esforço de se livrar dos contornos patológicos, apesar de seu intrincamento constitutivo com o campo psiquiátrico.

O autismo se torna, portanto, essa imagem borrada, com contornos pouco definidos. Isso, evidentemente, cria uma série de questões que pululam em todo o meio o corpo social: das discussões relativas às formas mais apropriadas de tratamento e a disputa etiológica do transtorno, à luta política por direitos das pessoas portadoras do autismo e seus familiares etc. O campo problemático inaugurado pela espectralidade autística arde no contato com o real, provocando uma verdadeira implosão de demandas que carecem de entendimentos e soluções. Diante dessa figura enigmática e pungente, que cresce de forma exponencial e se alastra em todos os espaços, se instaura uma poderosa e contundente interrogação.

O autismo arde no contato com o real, pois desembaraçar-se daquilo que é produzido na experiência com a linguagem é o que nos permite a distinção radical com o Real – tomando de empréstimo a acepção lacaniana que define o real como aquilo que não cessa de não se escrever<sup>8</sup>. E, de alguma maneira, o autista se apresenta como aquele que se encontra constantemente invadido pelo real, como aquele que não se distingue, ou então, que só se distingue às custas da produção de agenciamentos com determinados objetos ou do estabelecimento de uma relação muito específica com o espaço que lhes permite construir uma espécie de borda que separa o interior do exterior (Laurent, 2014; Maleval, 2017).

Nesse ínterim, este texto se propõe a criar um intervalo alí onde urge a necessidade por respostas. Trata-se de interrogar o autismo como um acontecimento, ou seja, como algo capaz de iluminar os pontos cegos da tensa trama de subjetivação do contemporâneo - não com o intuito de fazer aparecer a verdade como um desvelo, mas de provocar um incêndio no véu de inteligibilidade em torno desse objeto fugidio e mutável, que se encontra exaustivamente capturado pela malha material e discursiva do presente.

Pensar o autismo como um acontecimento significa, também, abordá-lo em uma dimensão que não é clínica e muito menos sociológica, mas enquanto uma

---

<sup>8</sup> **LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 20: Mais, ainda (Encore).** Edição brasileira estabelecida por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985



formação material-discursiva tendo em vista que todo discurso guarda uma acontecimentalidade, ou seja, um grau semântico não saturável que escapa à dimensão linguística (Foucault, 2008). O acontecimento seria, portanto, o real que sacode a linguagem; o ponto de não-saturação capaz de preservar uma abertura que se recusa a fechar-se em si mesma. O acontecimento acolhe a dimensão vibrátil que se esconde incessantemente por trás formas estabilizadas do discurso.

Nesse sentido, “a enunciação é um acontecimento que não se repete” (Foucault, 2008, p.114), o que há é um regime de materialidade repetível que caracteriza o enunciado. Qual é a materialidade que se repete nas diversas formas de emergência do autismo? Que tipo de matéria fina, grão de concretude, linha espectral acompanha as diferentes modulações do autismo no decorrer do tempo histórico? E o que ele guarda enquanto acontecimento: como fazer irromper a potência disruptiva e insaturável que se encontra sufocada na epidemia discursiva em torno do fenômeno de aumento exponencial de casos de autismo nos últimos anos?

## O real da imagem

A imagem arde em seu contato com o real. Dar ao autismo o tratamento de uma imagem; ampliar seu campo tátil, a memória de tudo aquilo que o acontecimento toca em seu gesto inaugural. Tal movimento diz respeito à lateralização da imagem e da arqueogenealogia, no sentido de se ocupar do entrelaçamento de tempos suplementares, anacrônicos e heterogêneos que a arte da memória não pode aglutinar. A montagem das figurações do autismo busca recuperar o contato com a temporalidade rarefeita, no sentido de liberar imaginativamente harmônicos temporais e estruturas inconscientes (Didi-Huberman, 2012). Quais os sentidos do arder hoje? A pergunta do filósofo e historiador da arte aponta para a possibilidade de formular uma questão relativa ao mal-estar na cultura visual, uma política capaz de incluir sua sintomatologia própria.

Levando a cabo o campo semântico ígneo evocado por Didi-Huberman, o arquivo será pensado como as cinzas provenientes da atividade incendiária. Nesse sentido, a montagem se dá como a descoberta de uma memória do fogo e se aproxima da concepção benjaminiana de experiência<sup>9</sup>, isto é, a possibilidade de fazer algo com aquilo que *nos* acontece. Isto remete à diferenciação operada por Deleuze entre o acontecimento e o acidente: “o acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera (...) ele é o que deve ser

---

<sup>9</sup> BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 114-119.

compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece” (Deleuze, 2015, p. 152.)

O arquivo se dá na própria lacuna; ele possui uma natureza lacunar que é resultado das cesuras deliberadas ou inconscientes da história. É desse modo que deveríamos descobrir em cada documento da cultura uma possibilidade de arqueologia crítica e dialética, tendo em vista que a barbárie está escondida por detrás do próprio conceito de cultura. Nesse ínterim, fazer uma arqueologia é arriscar-se a pôr, lado a lado, traços de coisas sobreviventes. O risco diz da imaginação e da montagem, que escapa às teleologias e torna visíveis as sobrevivências.

Didi-Huberman aproxima, ainda, a tarefa do historiador com a do artista no sentido de que ambas se ocupam de tornar visível a tragédia da cultura e a cultura na tragédia, “uma forma de aviso de incêndios por vir” (Didi-Huberman, 2016, p. 214). Ademais, a imagem – e, por consequência, a arte fotográfica – busca promover essa visita passageira que roça a realidade. E é isso que buscamos na montagem contrastante das figurações do autismo.

## Considerações finais

O texto se propôs a interrogar o autismo como um acontecimento, necessariamente material-discursivo; uma imagem que arde no contato com o real da experiência contemporânea. Partindo do arsenal conceitual foucaultiano e de contribuições de pensadores como Deleuze e Didi-Huberman, buscou-se compor uma história fragmentária do autismo; descontinuidades, rearranjos estratégicos e respostas a urgências específicas inscritas no corpo social.

O empreendimento da análise arqueogenealógica permitiu visualizar as drásticas transformações sofridas pela noção de autismo ao longo do século XX e XXI: de sintoma da esquizofrenia em Bleuler, à síndrome distinta descrita por Kanner e Asperger; da aliança com a psicanálise à hegemonia cognitivista; e, por fim, sua atual forma espectral, uma categoria ampla e inclusiva que aglutina experiências radicalmente diversas sob o mesmo nome. Essa mutabilidade não é um acidente, mas a expressão de sua acontecimentalidade.

“Chegar a essa vontade que nos faz o acontecimento, tornar-se a quase-causa do que se produz em nós, o Operador, produzir as superfícies e as dobras em que o acontecimento se reflete, se reencontra incorporal e manifesta em nós o esplendor neutro que ele possui em si como impessoal e pré-individual, para além do geral e do particular, do coletivo e do privado – cidadão do mundo” (Deleuze, 2015, p. 151)

Ao fim e ao cabo, cabe a nós pensarmos a latência do tema do autismo como a sinalização de uma urgência do presente; a figuração de um mal-estar das novas formas de subjetivação. Nesse ínterim, a figura do autista opera como um dispositivo estratégico que responde a esta urgência, mobilizando disputas etiológicas, identitárias e políticas públicas. O acontecimento, ainda, exige o abandono da linearidade da história, substituindo-a pela montagem de um arquivo necessariamente lacunar. Essa montagem, à maneira de Didi-Huberman, justapõe tempos heterogêneos para fazer irromper a potência disruptiva e não saturada que o discurso diagnóstico tenta constantemente capturar e estabilizar.

Por fim, o texto apresenta um trabalho em andamento, de natureza incipiente, que intenta se desdobrar em novas e mais precisas investigações. De todo modo, o autismo, em sua opacidade e espectralidade, permanece como uma interrogação poderosa sobre o campo de forças do presente, desafiando-nos a fabular novos agenciamentos e formas de vida para além dos humanismos estagnados.

### Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas Forte. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tocam o real**. Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. - 3a reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973/1974)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARAWAY, Donna. FC: ficção científica, fabulação especulativa, figuras de corda, até então. Em: Pós-humano, Novos materialismos e linguagem. Orgs: Butturi Jr., Buzato e Camozzato. São Paulo: Editora pontes, 2024.

LAURENT, E. **A batalha do autismo: da clínica à política**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

JAQUET, Gabriela Menezes. O discursivo e o não-discursivo: acontecimento em Foucault, Deleuze e Veyne. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 7 – n. 14, p. 715-731, Jul./Dez. 2016

MALEVAL, J. C. **O autista e sua voz**. Trad. Paulo Sérgio Souza Jr. São Paulo: Blucher, 2017.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRAO, Jorge Luís Ferreira. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo**. Estilos clin., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 244-262, ago. 2014. Disponível em < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282014000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282014000200002&lng=pt&nrm=iso) >. acessos em 04 set. 2025.

PENNYCOOK, Alastair. Linguística Aplicada Pós-Humanista. Em: Pós-humano, Novos materialismos e linguagem. Orgs: Butturi Jr., Buzato e Camozzato. São Paulo: Editora pontes, 2024.

THOMAS, Marie Claude. **Introdução para uma genealogia do autismo**. Em: Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 45.2, p. 339-366, 2013.

## NOTAS

## AUTORIA

Clara Urzedo Rocha Motta

Doutoranda.

Universidade Federal de Santa Catarina

Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. PPGICH UFSC.

[clara.urm@gmail.com](mailto:clara.urm@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-7065-9765>

## Endereço de correspondência do principal autor

Servidão da Vida, número 50, casa 1

Campeche

CEP 88063048 - Florianópolis, SC

## FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)